



**#ORGULHO DE SER UFRJ**  
Aprovados no SiSU realizam sonho de estudar na melhor federal e colocam #UFRJ nos trending topics do Twitter

**Página 8**

## VITÓRIA DA MOBILIZAÇÃO: REITORIA LIBERA SEGUNDA FASE DAS PROGRESSÕES

**Página 4**

ARTE HIPPERT

# TUNGAS DE MARÇO

Os descontos salariais impostos pela Reforma da Previdência, capitaneada pelo ministro Paulo Guedes, começam a valer a partir de março. Redução dos rendimentos de professores ativos, aposentados e pensionistas é significativa, materializando ataques feitos pelo ministro Abraham Weintraub. Alíquota passa a ser progressiva. Docentes da UFRJ também temem perder os 26%, hoje garantidos por decisão judicial. **Página 3**



# EDITORIAL

## É PRECISO FICAR ATENTO E FORTE

### DIRETORIA

O jornal desta semana é a cara desse confuso e difícil mês de janeiro. De um lado, o bombardeio do governo: depois da MP 914 do Natal, que tenta regulamentar a escolha do reitor, foi a vez da portaria 2.227 de 31 de dezembro nos tirar o sono, dificultando os afastamentos e participação em congressos, criando regras draconianas e procedimentos burocráticos desnecessários. Também tivemos a punição arbitrária da CGU contra o Reitor da UFSC, que foi gerada a partir de um PAD que pedia a punição de todo o Conselho Universitário. É um precedente perigoso, que pode ser o início de uma cadeia de ações que visem a intimidar e punir não só os reitores, como também órgãos colegiados. Outro sintoma do adoecimento do sistema foi a nomeação de Benedito Araújo Neto para a presidência da CAPES. Além de ex-reitor de uma universidade privada, ele é conhecido por seus depoimentos públicos a favor do criacionismo como contraponto à teoria da evolução, explicitando o acelerado processo de ideologização das ações do MEC. Mas nada se compara com o vexame do festival de erros do ENEM/SISU, que daria no mínimo a demissão imediata do ministro por improbidade. Porque além de sua comprovada incompetência administrativa, violou, sem nenhum pudor, a regra básica do princípio da impessoalidade ao atender, através do Twitter, um pedido de revisão de prova. Ao mesmo tempo, em que todas essas notícias chegavam uma atrás da outra, e apesar de todos os ataques, apesar da intensa campanha de desmoralização e descrédito das universidades, os nossos mais jovens estudantes colocaram a UFRJ em destaque no mundo das hashtags do Twitter, confirmando mais uma vez o acerto das políticas de cotas e a democratização do acesso à universidade que o ENEM e o SISU promoveram. Postos assim, lado a lado, com esses dois cenários, podemos perceber a dimensão da responsabilidade que temos pela frente. O orgulho espontâneo e a alegria escancarada na comemoração daqueles que finalmente conseguiram a tão sonhada vaga na UFRJ são o mais puro e definitivo julgamento que poderíamos receber da sociedade. Estudar numa universidade pública ainda representa a realização de um grande sonho e a possibilidade de transformar qualitativamente a vida das pessoas. E não seria exagero dizer que o nosso trabalho cotidiano é um dos principais responsáveis por tudo isso. Enfrentando um a um todos os desastres de 2019, mantivemos com altivez o funcionamento da universidade e cumprimos com rigor e talento nossas responsabilidades. Sem dúvida que a um custo muito alto, pois não foram poucos os docentes que concluíram o ano com diversos problemas de saúde gerados pelo estresse e a sobrecarga de trabalho. Mas essa poderosa energia que chega através dos novos alunos que ingressarão em 2020 deverá mais uma vez renovar nosso compromisso e nossa disposição. E que tenhamos



ARTE SOBRE FOTO

a certeza de que alguns velhos princípios que nortearam nossa formação no século passado não perderam sua validade. Também em janeiro conseguimos dar encaminhamento aos processos de progressão docente que estavam paralisados desde que um parecer da Procuradoria condenou à ilegalidade as progressões múltiplas largamente praticadas pela universidade. Nesse caso, valeram os esforços de mobilização e organização dos interessados, que depois de diversas reuniões, envolvendo a AduFRJ, a CPPD e a reitoria, consolidaram um novo entendimento para dar prosseguimento aos seus pedidos. Os processos ainda não estão concluídos e ainda teremos muitas dificuldades pela frente. Mas não há outra possibilidade para nós: precisaremos nos manter atentos e organizados, discutindo e enfrentando todos esses problemas.

Este é o cenário que teremos para a realização do 39º Congresso do ANDES. A UFRJ estará presente com a maior delegação de sua história. Ainda que tenhamos severas críticas à forma com que o Sindicato se organiza, ao modo como se distanciou dos problemas vividos pela maioria dos professores, ele ainda pode ser um poderoso instrumento para garantir a permanência de nossos direitos e impedir a destruição de todo o edifício democrático que a Constituição de 1988 consagrou. O ANDES fez parte dessa história e precisa encontrar um caminho de audácia e renovação, para enfrentar esses tempos regressivos e autoritários, para que esteja à altura dos desafios históricos que não escolhemos nem desejamos viver, mas que estão aí em frente, a nos exigir coragem e inteligência. Vamos a eles!



OBSERVATÓRIO DO CONHECIMENTO

**CORTES NAS UNIVERSIDADES CONTINUAM EM VIGOR?**  
ENTIDADE ALERTA: R\$ 2,1 BILHÕES DO ENSINO SUPERIOR AINDA ESTÃO CONTINGENCIADOS



### PLENÁRIA DEFINE PRIORIDADES DO OBSERVATÓRIO

A busca por novas entidades filiadas e o debate sobre estratégias de defesa da educação e da ciência foram os destaques da última plenária do Observatório do Conhecimento. O encontro foi realizado, dia 23, em Salvador, na sede da Associação de Professores Universitários da Bahia (Apub). "Estamos em contato com diferentes associações para apresentarmos o projeto", disse o professor Josué Medeiros, diretor da AduFRJ. O Observatório reúne associações docentes de várias regiões do país, entre elas a AduFRJ. Ações nos moldes da campanha "Conhecimento Sem Cortes" e do "Tesourômetro", de 2017, devem ser retomadas. "Vamos continuar monitorando o Congresso", afirmou Josué. A próxima reunião do Observatório será em 18 de fevereiro, em Brasília.

### AGENDA

**04 A  
08/02**

**CONGRESSO DO ANDES**

São Paulo (SP)

### IMAGEM DA SEMANA

#### CORONAVÍRUS: UM PAÍS DE PROPORÇÕES CONTINENTAIS LUTA CONTRA UMA EPIDEMIA

■ O coronavírus espalha um rastro de medo no mundo e desafia a comunidade científica do planeta. O governo chinês prometeu construir em 10 dias um hospital para mil leitos, em Wuhan. A cidade é o epicentro da epidemia. Detectado no dia 31 de dezembro, o vírus já matou 132 pessoas e infectou 6.172. Já foram registrados casos de infecção em 18 países de três continentes. No Brasil, ainda não há casos confirmados.



REPRODUÇÃO INTERNET

# Reforma impõe cortes salariais a partir de março

Mudança ameaça qualidade de vida de ativos e aposentados. Entre os professores, o desconto mais comum deve ser o de 16,5%, aplicado sobre a faixa salarial entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil

KELVIN MELO  
kelvin@adufjrj.org.br

Os contracheques dos professores vão sofrer um desconto maior a partir de março. A redução nos salários será uma das consequências imediatas da reforma da previdência, aprovada no Congresso Nacional, em novembro. Na UFRJ, a “tesourada” pode coincidir com o corte do ganho judicial dos 26,05%, o que afetaria quase 5 mil docentes, segundo a Pró-Reitoria de Pessoal.

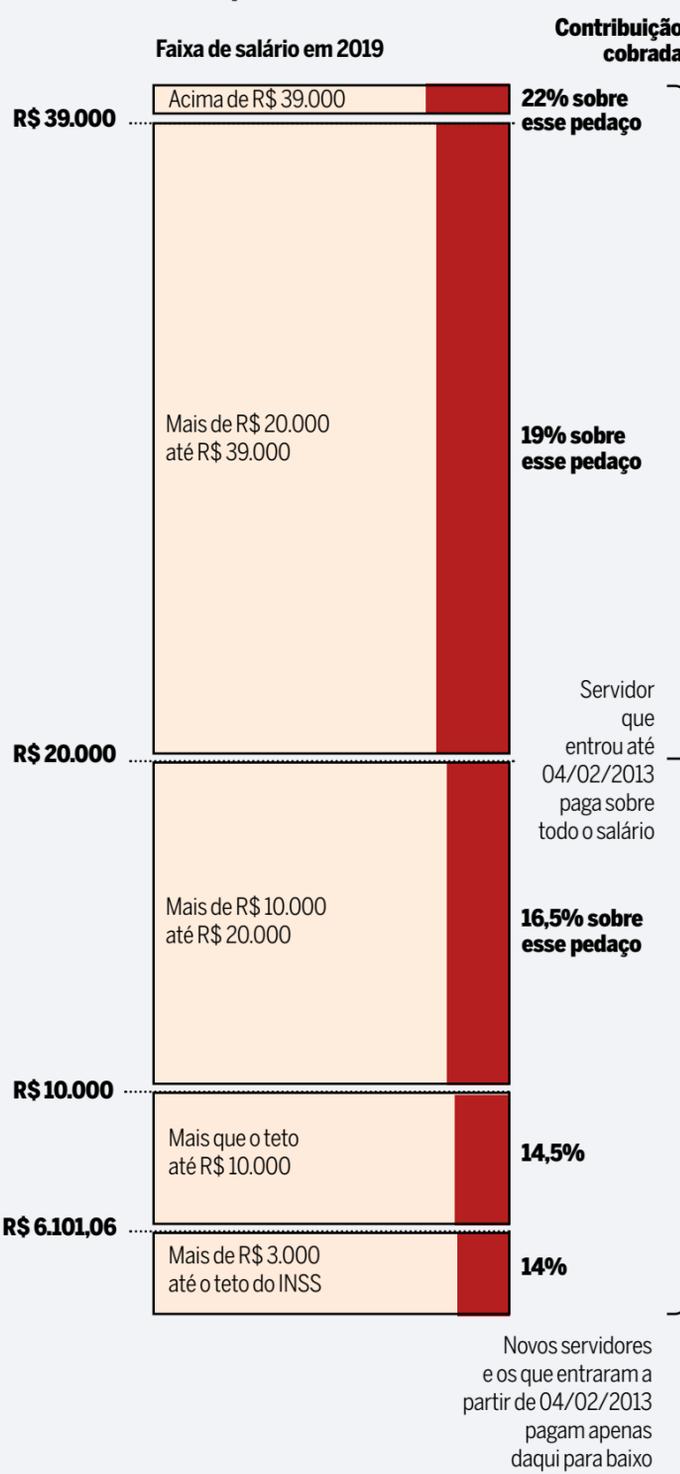
Para mostrar os impactos da reforma em professores novos e antigos, da ativa ou aposentados, o **Jornal da Adufjrj** selecionou alguns exemplos na carreira de magistério federal. Todos com doutorado e Dedicção Exclusiva, que são, respectivamente, a titulação e o regime de trabalho majoritários na UFRJ. Mas as identidades foram preservadas para não expor dados pessoais.

A nova legislação previdenciária aumenta a alíquota de contribuição dos servidores públicos federais. O texto ainda não foi regulamentado – o que deve ocorrer na volta do recesso parlamentar, em fevereiro. Se a regulamentação não for aprovada até março, o índice será fixado em 14% para todos, contra os 11% atuais. A reforma, porém, estabelece taxas que variam conforme a remuneração bruta, podendo chegar a 22%. Mas os índices são aplicados de forma progressiva, ou seja, cobrados apenas sobre a parcela do salário que se enquadrar em cada faixa, reduzindo a alíquota efetiva.

Para os professores das universidades federais, o desconto progressivo mais comum deve

## COMO FICA O DESCONTO?

### O desconto será por faixas



ser o de 16,5%, aplicado sobre a faixa salarial entre R\$ 10 mil e R\$ 20 mil.

É o caso de uma Professora Associada I. Hoje, é taxada em R\$ 1,9 mil; com a nova alíquota, vai passar a contribuir com R\$ 2,5 mil. Sem falar no risco de perder os pouco mais de R\$ 800 da ação judicial dos 26,05%.

“Consegui ajeitar as contas há uns quatro, cinco anos, mas agora vou precisar me reorganizar para não voltar ao vermelho”, explica. “Infelizmente, teremos que fazer cortes. E eu ajudo toda a família”.

Pensionista de um professor Associado III, a docente vai sofrer um corte duplo. A diferença, explica a assessoria jurídica da AdUFRJ, é que, para aposentados e pensionistas, o salário será o parâmetro para definição da alíquota, mas a taxa vai incidir apenas sobre a parte da renda que superar o atual teto do regime geral de previdência, hoje de R\$ 6.101,06.

A “mordida” mais forte será sentida pelos titulares, pois, com salários acima dos R\$ 20 mil, entrarão na faixa dos 19%. Um docente, hoje contribuindo com R\$ 2,3 mil para a previdência, passará a pagar R\$ 3,2 mil. E pode perder pouco mais de R\$ 900 dos 26,05%. “É muita coisa. Vai ser uma pedrada”, afirma.

Com os filhos já crescidos e começando a trabalhar, além de uma esposa também professora universitária, ele entende que a situação será mais dramática para os docentes mais novos. “Para os que estão com filhos em idade escolar, pagando plano de saúde para a família, a pancada será mais forte”, avalia.

O docente teme que a reforma desestimule os mais novos a seguirem na carreira do magistério federal: “É como se o

governo estivesse quebrando os contratos. As regras mudaram durante o jogo”, critica.

Quem vai pensar menos com a reforma são os docentes que ingressaram após fevereiro de 2013, com a previdência já submetida ao teto do regime geral. Eles contribuem com 11% até este limite. E não recebem os 26,05%. Um professor no nível inicial da carreira é taxado em R\$ 642, e passará a pagar R\$ 682. O docente enxerga a reforma da previdência como mais um dos ataques sistemáticos à universidade. “Em geral, os professores recém-ingressos, como é o meu caso, fizemos o doutorado no tempo das vacas gordas, com Reuni, aumento das verbas da pesquisa. Para nós, é um choque muito grande”, diz. “É uma universidade bem diferente da que conhecemos como doutorandos”, completa.

### CRÍTICAS

Aposentada, a ex-presidente da AdUFRJ Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna revela os problemas da reforma para quem já deixou a ativa: “Quando nos aposentamos, já perdemos. Começamos a pagar a contribuição que não pagávamos porque havia o abono de permanência”.

O desconto maior implica queda da qualidade de vida: “Na minha idade, fica mais difícil fazer outras atividades para complementar a renda”, diz.

Presidente da AdUFRJ, a professora Eleonora Ziller acredita que a diminuição da renda, por outro lado, pode provocar uma reação mais intensa dos docentes. “Como não era uma perda imediata, as pessoas não se deram conta do que era a reforma da previdência”. E completa: “Agora em 2020, os efeitos serão sentidos”.

## PORTARIA DA REITORIA REGULAMENTA VIAGENS E LICENÇAS

A reitoria publicou, dia 27, a regulamentação da polêmica portaria nº 2.227 do MEC. A norma ministerial sobre os procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais tem sido amplamente criticada pela comunidade científica.

O vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, observou que a principal novidade é a necessidade de solicitação de afastamento da sede. “Isso sempre foi obrigató-

rio, mas, agora, ganha registro no sistema. Também aparece como novo um dispositivo que nos obrigará a ter um plano anual de liberação”, disse. O docente informou que a administração tentou, ao máximo, manter os atuais procedimentos.

A avaliação preliminar da assessoria jurídica da AdUFRJ, porém, é negativa. A repetição da regra de limitação de participantes em fóruns, congressos ou grupos de trabalho – contida na portaria do MEC – é um dos problemas. “Não existia na

norma anterior da UFRJ que regulamentava a concessão de diárias e passagens. Mas lembro que a regra já existia na Portaria nº 403/2009 do MEC e nunca foi efetivamente aplicada de maneira a limitar a participação dos docentes”, afirma o advogado Bruno Moreno.

A assessoria jurídica faz um alerta sobre eventuais descontos sofridos por um docente que se negue a pagar a Guia de Recolhimento da União (GRU) em caso de discordância do ressarcimento ao erário. Por

exemplo, quando pode ser comprovada força maior que impediu o professor de viajar, após comprar as passagens. “Deve ser precedido de processo administrativo com ampla defesa e contraditório”.

Nos últimos dias, associações nacionais e científicas, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, protestaram contra a regra imposta pelo MEC: “Seguramente, levará ao enfraquecimento da pesquisa científica no país”, diz

um trecho da nota.

A Coppe também se manifestou: “Essa medida comprometerá significativamente a atuação internacional das universidades, conquistada com grande esforço durante décadas, assim como acordos bilaterais em andamento”, afirma a nota assinada pelo diretor da unidade, professor Romildo Toledo.

Uma carta crítica da SBPC e da ABC remetida ao governo na semana passada foi endossada por mais de 60 entidades desde então. **(Kelvin Melo)**

# Começa segunda fase das progressões

> Após meses de mobilização dos professores, administração central informa que nova etapa passou a ser implementada a partir do dia 30 de janeiro

KELVIN MELO

kelvin@adufRJ.org.br

Portarias de segunda progressão consecutiva dos professores foram publicadas pela reitoria na quinta-feira, 30. A informação é de Mônica Marques, assessora da Pró-reitoria de Pessoal. “Em seguida, enviarei os próximos processos, que já comecei a organizar”, disse.

A medida responde à pressão da AdUFRJ e tranquiliza os do-

centes que temiam perder o reconhecimento financeiro por anos de trabalho.

Em 2019, os professores foram surpreendidos com a divulgação de um parecer do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipac). O órgão, vinculado ao Ministério da Economia, proibiu as chamadas progressões múltiplas em várias universidades.

Segundo o dispositivo das múltiplas, regulamentado em resolução de 2014 do Consuni da UFRJ, um docente poderia saltar mais de um nível da carreira federal,

em um único processo, se reunisse produção acadêmica compatível e os respectivos interstícios de tempo (o período mínimo corresponde a 24 meses).

No final do ano passado, a AdUFRJ negociou um acordo com a reitoria para que as progressões fossem realizadas de modo consecutivo. De acordo com o novo modelo, a ideia é que os professores elaborem um processo para cada interstício de progressão/promoção. De posse da documentação, a Pró-reitoria de Pessoal publica, em sequên-

cia, as portarias de desenvolvimento na carreira.

O problema é que, passado mais de um mês do acordo, nenhuma portaria de segunda progressão consecutiva havia sido autorizada.

A AdUFRJ tem acompanhando o tema de perto. A diretoria participou de reuniões entre o Natal e o Ano Novo e no início de 2020: “Chegamos a oferecer ajuda e nos responderam que não era preciso”, disse a professora Eleonora Ziller, presidente da associação.

KELVIN MELO



**NEGOCIAÇÃO** Reunião de dezembro contou com a participação da reitoria, da AdUFRJ, da CPPD e de professores interessados no tema

## MINERVA ASSANHADA SE ASSANHA

ARTHUR BOMFIM

arthur@adufRJ.org.br

O Bloco Minerva Assanhada fez seu segundo ensaio no dia 23 de janeiro no campo da Prefeitura Universitária, no Fundão. Realizado pelo Fórum de Ciência e Cultura, em parceria com a AdUFRJ e com o SintufRJ, o bloco carnavalesco inicia as comemorações para o centenário da UFRJ em 2020. No ensaio, a Bateria Fina Batucada animou os foliões, que também foram convidados a tocar tamborins, repiques e agogôs.

Com a nova marchinha, “100 Anos de Arte, Ciência e Balbúrdia”, de autoria do professor Roberto Medronho, da Faculdade de Medicina, e do compositor Noca da Portela, o samba é,

também, um protesto aos ataques do governo à educação e à universidade. “Essa iniciativa, de ressuscitar o bloco que andou parado por muito tempo, junta duas atividades do sindicato: a de luta política pelos nossos direitos e também de poder congrega os associados a viverem esse momento de união da comunidade acadêmica”, afirmou o professor Felipe Rosa, diretor da AdUFRJ.

Apesar da nova marchinha e dos diversos ensaios marcados ao longo do período de pré-carnaval, o Bloco Minerva Assanhada permaneceu parado por mais de 10 anos. Ele havia sido criado na UFRJ durante a gestão do reitor Carlos Lessa (2002-2003) por professores da época, que tiveram a ideia de criar o nome,

sambas famosos e conseguiram inserir o bloco na programação carnavalesca da cidade do Rio. “Nos 100 anos da UFRJ, a gente achou que o bloco era uma tradição da universidade e decidimos revigorá-lo com o mesmo nome e cores para resgatar essa memória que a UFRJ tinha no carnaval da cidade”, disse Tatiana Roque, coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura. “A ideia principal, ao relançar o bloco para esse ano especial para a universidade, é conseguir reunir todos os segmentos da comunidade da UFRJ para desfilar juntos no Minerva Assanhada”, completou.

Para a diretora do SintufRJ, Joana Maria de Angelis, que também marcou presença no ensaio, a importância de trazer o bloco



**RENASCIMENTO** ensaios resgatam bloco lançado na gestão Lessa

às ruas é criar um espaço de mobilização e de luta frente aos ataques que o governo tem feito contra a universidade. “Nós pretendemos não só ressuscitar o bloco para as comemorações do centenário da UFRJ, mas para que ele continue vivo. Pretendemos fazer uma oficina de percussão para renovar a nossa bateria e as pessoas que quei-

### DEPOIMENTOS

Antes da divulgação das portarias, o **Jornal da AdufRJ** ouviu alguns docentes prejudicados pela situação. Simone Peres, docente do Instituto de Psicologia, solicitou progressão de Adjunto 4 para Associado 4. Desmontou o processo por cada nível e deixou a documentação, pessoalmente, na PR-4, antes do Natal.

“Estou muito angustiada. Fico com receio de perder o direito que tenho de progredir”, afirmou Simone, sobre a demora da tramitação. A professora lembra que era corriqueira a prática de solicitar as progressões múltiplas na universidade. “Agora, estou sendo penalizada injustamente”, completou.

Karla Santa Cruz, professora da Medicina de Macaé, pede a progressão de Adjunto 3 para Associado I. Em 16 de dezembro, foi divulgada a portaria da primeira etapa, para Adjunto 4. Quatro dias depois, a docente entrou com a solicitação para Associado I, que está travada. E ainda não recebeu no contracheque de janeiro o efeito financeiro da mudança efetivada.

A principal preocupação do docente é com uma possível reforma administrativa do governo Bolsonaro, restringindo ainda mais as progressões. “Nós vamos perder nosso direito, porque a UFRJ está demorando muito”, disse.

### PR-4 RESPONDE

Mônica Marques justificou o atraso com diversos problemas enfrentados pela pró-reitoria desde o final de dezembro, além do recesso e férias de funcionários. “Houve um problema de vírus na PR-4, e o Sistema de Recursos Humanos (SIRHU) ficou fora do ar acho que por mais de sete dias”, afirmou.

A assessora disse que não tinha como dizer quantos processos de segunda progressão estavam na PR-4, pois o setor está envolvido com um grande levantamento de dados junto às unidades para o Plano Diretor.

“Entendemos a preocupação dos docentes, porém estamos fazendo estes encaminhamentos o mais rápido possível”, disse.



Use o QR code para conhecer o samba do Minerva Assanhada, de Roberto Medronho e Noca da Portela.



Arte sobre foto de The Photographer/Wikimedia Commons

CC BY-SA

# Professores discutem os rumos do Sindicato em SP

> Encontro na USP abre processo eleitoral para a direção, discute estratégias de enfrentamento ao governo Bolsonaro e debate desfiliação da CSP-Conlutas. AdUFRJ envia maior delegação da história

ELISA MONTEIRO  
elisamonteiro@adufrrj.org.br

**A**proximar o Sindicato Nacional do conjunto dos professores é a expectativa da diretoria da Adufrrj para o 39º Congresso do Andes, marcado para os dias 4 a 8 de fevereiro, em São Paulo (SP). Principal espaço de deliberação dos docentes da educação superior de todo o país, o evento terá como tema central “Liberdades democráticas, autonomia universitária e em defesa da educação pública e gratuita”. O título deixa claro que, além da asfixia financeira, serão debatidas ameaças a direitos fundamentais e à liberdade de cátedra.

“Acredito que seja um momento de muita discussão e vamos trabalhar para que possamos sair desse congresso com propostas consistentes para trazer o Andes de volta para a maioria dos docentes”, diz a professora Eleonora Ziller, presidente da Adufrrj. “Que ele seja fortalecido e transformado. É o que o presente nos exige”, completa,

Eleonora avalia que Congresso é realizado em um dos momentos mais críticos para as universidades. “O governo aproveitou a passagem do ano para lançar um verdadeiro bombardeio de ações que visam à completa desestruturação do sistema de ensino superior”, destaca. “O

momento nos exige coragem e responsabilidade. É preciso construir uma poderosa rede de ação que detenha a sanha destrutiva desse ‘desministro’ da educação”, acrescenta.

Os números exatos do encontro, que será realizado no campus da USP, não estão fechados. Mas são esperados cerca de 700 professores, entre delegados, observadores e convidados. Segundo a organização, haverá mais representantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. A UFRJ enviará 34 docentes, a maior delegação da história da associação para um fórum do Andes. Serão dez delegados e 24 observadores.

Para as instituições federais – o Andes também congrega professores das estaduais, municipais e particulares –, o foco da pauta política está nas avaliações e ações em resposta aos ataques do primeiro ano do governo Bolsonaro.

A reunião também abre o processo eleitoral interno, com as inscrições das chapas que disputam a próxima direção sindical para o mandato entre 2020 e 2022. As eleições do Andes-SN ocorrem em maio.

## COMO FUNCIONA

A programação do Congresso foi reduzida de sete para cinco dias, por decisão do 64º Conselho do Andes (Conad) – realizado em julho de 2019, em Brasília (DF). Na mesma ocasião, foi extinta a votação sobre o tema chamado de “centralidade da luta”, que definia as prioridades do sindi-

cato. As polêmicas em torno da formulação atrasavam todo o cronograma, logo no início do evento.

Durante o encontro, as atividades dos representantes das associações docentes de todo o país são guiadas por um Caderno de Textos. O material é composto por contribuições de assembleias, grupos de professores ou de até mesmo de um único sindicalizado. Os textos são distribuídos entre diversos temas, como “conjuntura nacional e internacional” e os planos de lutas. O debate é realizado primeiro em grupos com docentes de diferentes universidades – os grupos mistos – e, depois, nas plenárias deliberativas.

## GREVE NO RADAR

Um dos pontos importantes em discussão será uma greve para 2020. Ainda em dezembro de 2019, o Andes propôs às seções sindicais a aprovação de um indicativo de estado de greve para março, no início do semestre letivo. A ideia foi considerada precipitada na UFRJ e acabou rejeitada por 34 votos a 28, na Assembleia Geral do dia 27 de novembro.

A direção do Andes explica que a data de 18 de março como um dia de paralisação da Educação é indicada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). “Mas não há nada fechado. A decisão se será um dia de paralisação ou uma greve é algo a ser discutido pela base da categoria”, diz o presidente do Andes, professor

Antonio Gonçalves Filho.

Outra polêmica prevista para o Congresso diz respeito à proposta de desfiliação da Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas). A atual diretoria do Andes indica a realização de um Conad extraordinário, exclusivamente dedicado ao tema. Mas o assunto move paixões e controvérsias até sobre a forma de ser tratado.

Professora da Faculdade de Educação e delegada da AdUFRJ, Marinalva Oliveira é contrária à realização de Conad extraordinário. Em sua visão, as decisões sobre a Conlutas devem ser feitas nos encontros ordinários. “Mas sempre em uma perspectiva de fortalecer a central”, ela diz. A docente se opõe ao desligamento. “O ano de 2020 promete ser mais difícil que 2019. Com todas as críticas possíveis de serem feitas, a Conlutas é a única central pautada pelos interesses da classe”, justifica.

Com visão distinta, Luis Acosta (Serviço Social) assina com outros docentes da UFRJ documento que avalia que o ciclo da CSP-Conlutas está esgotado. “A CSP-Conlutas mostrou seus limites particularmente durante todo o episódio do impeachment (de Dilma Rousseff) com as palavras de ordem equivocadas que apontavam para o ‘Fora Todos!’ e, especialmente, nas atitudes pró-imperialistas na arena internacional, como no caso venezuelano, com a palavra de ordem ‘Fora Maduro!’”, argumenta. O grupo defende a saída imediata

da Central. Mas considera que o Future-se! e a reforma administrativa, entre outros temas, têm precedência no debate do 39º Congresso.

## DELEGAÇÃO

A eleição da delegação da Adufrrj para o 39º Congresso do Andes foi realizada na Assembleia Geral de 27 de novembro. Serão delegados (com direito a voz e voto nos debates) Eleonora Ziller (Letras), Felipe Rosa (Física) e Josué Medeiros (IFCS) – os três da diretoria –, além de Alessandra Nicodemos (Educação), Angélica Nakamura (Macaé), Cláudio Ribeiro (FAU), Luis Acosta (Serviço Social) Marinalva Oliveira (Educação), Mayra Goulart (IFCS) e Tatiana Ribeiro (Letras).

Como observadores (com direito a voz), estarão: Jackson Menezes (do Macaé e da diretoria da AdUFRJ), Ana Tavares (Nepp-DH), Fernanda Vieira (Nepp-DH), Claudia Piccinini (Educação), Herli Menezes (Educação), Jacqueline Girão (Educação), Jorge Gonçalves (Educação), Filipe Boechat (Psicologia), Marcelo Mello (Educação Física), Luciano Coutinho (FACC), Elídio Marques (Irid), Gerson Marinho (EEAN), Walcyr Barros (EEAN), Eunice Bomfim (FAU), Cleusa Santos (Serviço Social), Gláucia Lélis (Serviço Social), Janete Leite (Serviço Social), Sara Granemann (Serviço Social), Cris Miranda (CAp), Letícia Carvalho Oliveira (CAp), Regina Pugliese (CAp), Renata Flores (CAp), Daniel Augustins (Macaé) e Laís Burity (Macaé).

# Buracos ameaçam segurança do trânsito no Fundão

ARTHUR BOMFIM  
arthur@adufjrj.org.br

**B**uracos, fissuras e remendos no asfalto espalhados em diferentes ruas da Cidade Universitária preocupam os motoristas e ameaçam a segurança no trânsito do Fundão. O problema cresceu com as chuvas das últimas semanas e revela os efeitos da falta de recursos para a manutenção da universidade. O campus tem cerca de 30 quilômetros de vias, usadas diariamente por dezenas de milhares de pessoas.

Somente na Avenida Horácio Macedo, passam cerca de 2,5 mil veículos em dias úteis, entre 6h e 11h da manhã. Muitos carros utilizam a Cidade Universitária apenas como um atalho para fugir do trânsito da Linha Vermelha. “Venho sempre de carro para trabalhar. A acessibilidade para o campus é muito difícil. O asfaltamento do Fundão é ruim e, com as chuvas, vi a formação de muitos buracos nas vias do campus”, afirmou Waldir Pinto, que trabalha no setor de manutenção da Decania do CT. “Um dos lugares mais críticos é a saída



**PERIGO NO CAMINHO** Buracos próximos ao alojamento estudantil, na saída para Linha Amarela e em frente ao Centro de Tecnologia



FOTOS: ARTHUR BOMFIM

da para a Linha Amarela. Ali há uma buraqueira enorme”, disse.

Denis de Paula Silva, funcionário de uma lanchonete do CT, costuma usar o carro para trabalhar e conta que os locais mais afastados do campus apresentam as piores condições de asfalto. Ele observa que há muitos buracos nas ruas próximas à Residência Estudantil e à Vila Residencial. “Esses buracos podem acabar gerando algum problema para o meu carro

futuramente ou mesmo um acidente”, afirmou o motorista.

Segundo o prefeito da UFRJ, Marcos Maldonado, houve o cancelamento de diversos contratos pela falta de verba, o que prejudicou e paralisou serviços da Prefeitura, como a manutenção do asfalto e a limpeza de terrenos. “Estamos fazendo uma licitação para a aquisição de mais asfalto e acredito que daqui a dois meses tudo vai estar fechado”, contou o prefeito.

De acordo com Maldonado, um acordo entre as prefeituras da UFRJ e do Rio tem garantido, ainda que não o suficiente, a realização de algumas “operações tapa-buraco”. “Conseguimos com a Prefeitura do Rio oito caminhões com material de recapeamento”, conta. “Também estamos estudando formas para diminuir o fluxo de veículos e o engarrafamento diário no campus para amenizar o problema”, afirmou Maldonado.

Além da pavimentação, o Fundão enfrenta ainda problemas com o crescimento de matagais, agravados com as chuvas de verão. A Prefeitura afirmou que o aumento das chuvas aumentou a demanda pelos serviços de roçado e capina. Segundo Maldonado, os “serviços devem ser normalizados em breve pela prefeitura, antes mesmo do recomeço das aulas. É difícil, estamos enxugando gelo, com pouco dinheiro e muito trabalho”.

## Prédios ganham luz depois de anos de atraso nas obras

GIULIA VENTURA  
giulia@adufjrj.org.br

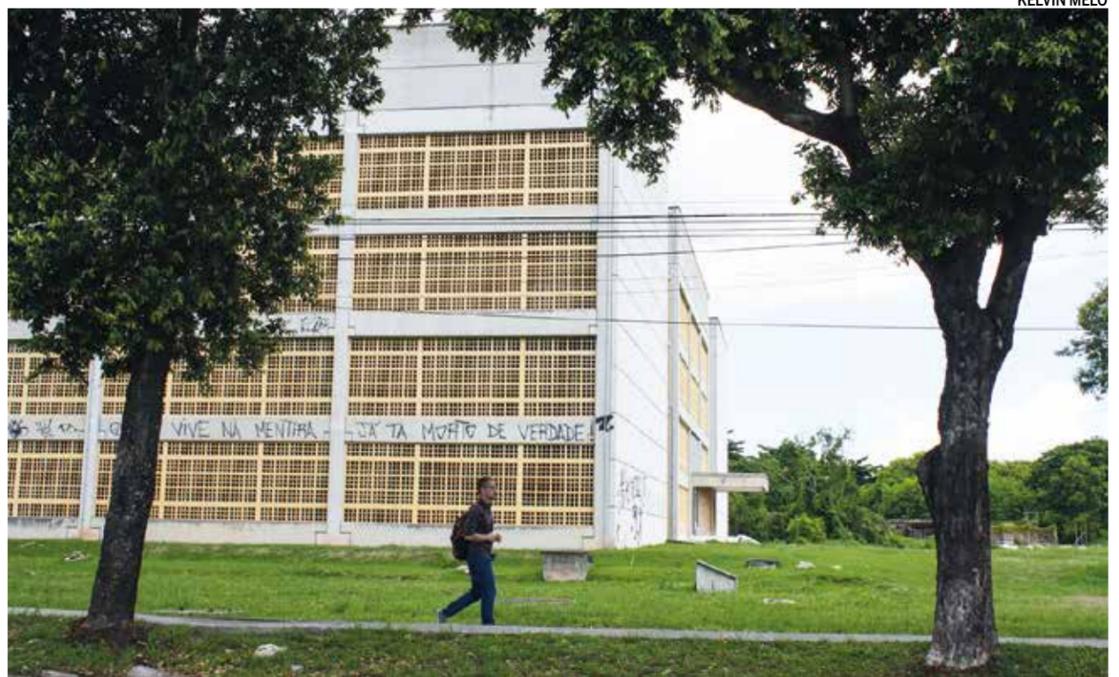
Finalmente uma boa notícia. Prédios que estavam fechados há anos conseguiram fornecimento de energia. Devido a uma negociação entre a universidade e a Light, as edificações do Instituto de Física e do Centro Nacional para a Identificação Molecular do Pescado (Cenimp) foram energizados em dezembro. O Instituto de Ciências Biomédicas deve entrar para o grupo até o fim de fevereiro.

A redução de quase R\$ 33 milhões no déficit operacional deixou a instituição adimplente com a concessionária e possibilitou a energização dos novos prédios. “Construímos um acordo com a Light em que nos comprometemos em parcelar valores devidos, mas exigimos a realização dos serviços de energização dos prédios”, explica o o pró-reitor de

Planejamento e Finanças, professor Eduardo Raupp.

O Instituto de Física espera há 16 anos para que a pós-graduação e a pesquisa tenham seu próprio espaço. De acordo com a diretora do Instituto, professora Belita Koiller, os prejuízos desse atraso são numerosos, mas o que mais preocupa é o espaço físico. “É o maior limitante para mantermos a excelência das atividades científicas desenvolvidas aqui”. Ela lembra que muitos aparelhos estão ociosos, nos corredores do CT, aguardando o novo edifício. “Ficam empoeirando e se tornam obsoletos. Para nos mudarmos para lá, é preciso que sejam instalados elevadores, climatização e a parte de tecnologia da informação”, afirmou.

O custo para terminar o prédio é de cerca de R\$ 7 milhões, mas a universidade dispõe de apenas R\$ 3 milhões para a obra no orçamento de 2020.



**PRÉDIO NOVO DA FÍSICA** 16 anos de espera pela conclusão das obras. Luz foi ligada em dezembro

Já o Cenimp, financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura em 2014 e concluído em 2018, espera há mais de quatro anos para a mudança. O Cenimp analisa pescados – como peixes, camarões e ostras – até mesmo depois de terem sido processados, através do sequenciamento de seus DNAs, a fim de evitar possíveis fraudes.

“Existem muitos casos em que pescados mais baratos – de venda proibida, por estarem ameaçados de extinção ou em período de defeso – são vendidos como se fossem outros”, explicou o professor Antonio Solé, coordenador do Centro.

A instalação da energia ocor-

reu em 3 de dezembro. A inauguração agora depende de um serviço de limpeza. “A alocação do pessoal depende da Decania do CCS”, afirmou Solé. Além disso, a fiação e a tubulação de três aparelhos de ar-condicionado foi furtada há cerca de três anos e precisa ser restituída. O maior prejuízo, segundo o professor, são os equipamentos que estão há quatro anos parados no almoxarifado da UFRJ. Segundo a Assessoria de Imprensa da reitoria, a estimativa é que até junho sejam iniciadas suas atividades.

O Instituto de Ciências Biomédicas, no entanto, ainda não está devidamente energizado. De acordo com o professor José

Garcia Abreu, diretor do Instituto, para que seja ligada a energia do prédio, é necessário que todo o Centro de Ciências da Saúde (CCS) seja desligado por algumas horas. Isso dependerá de uma operação da UFRJ, para que um gerador esteja ligado e supra as necessidades dos laboratórios.

A decania do Centro aguarda um relatório que deve ser entregue pela concessionária, para a solicitação das medidas necessárias. “O que a Light fez foi aumentar a carga do CCS em uma estação central em frente ao Hospital Universitário, o que melhora a nossa energia”, contou o decano Luiz Eurico Nasciutti.

KELVIN MELO

LUCAS ABREU  
lucas@adufjr.org.br

Camila Mascarenhas é o retrato da agonia imposta aos vestibulandos pelo ministro Abraham Weintraub. Aos 21 anos, Camila tenta pela quarta vez uma vaga no curso de Medicina. A aflição com a acirrada concorrência e os sucessivos erros do MEC durante o Enem e no Sisu criaram na estudante um complexo processo de ansiedade. “Esse concurso foi muito mais estressante que os outros que fiz, porque nada parece estar certo. Então eu fico sem saber o que fazer”, desabafou a jovem. “Quem fez o Enem este ano está inseguro quanto ao resultado”.

Ao todo, são quase milhões de brasileiros com os nervos à flor da pele diante de um ministro que trata o caso, entre o deboche e a mentira. A insensibilidade do MEC começou na peça de publicidade criada para divulgar o resultado do Enem. Uma foto de duas jovens com estados de ânimo distintos, uma alegre e a outra triste, aparecia sob a mensagem “Essa sexta eu sextarei chorando com a nota do Enem”, tratando o processo como uma brincadeira, desconsiderando o peso do fracasso para os participantes da prova.

Um dia depois da divulgação dos resultados oficiais do Enem, vieram a público casos de inconsistências nas notas de alguns alunos. A reação imediata de Weintraub foi minimizar o problema, dizendo se tratar de pouco menos de 6 mil casos (o equivalente a menos de 0,1% dos participantes), transformando em estatística fria o sonhos daqueles jovens. O ministro afirmou que o problema estava resolvido, mas àquela altura o resultado da prova estava comprometido.

O Enem de 2019 foi anunciado por Weintraub como “o melhor de todos os tempos”, e o exame acabou sendo o mais problemático da sua história. A crise com as correções se estendeu, e a Justiça Federal de São Paulo acatou um pedido da Defensoria Pública da União para

# Sisu: ministro transforma sonho em pesadelo

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/AGÊNCIA BRASIL



**ERROU** Abraham Weintraub caracterizou o Enem 2019 como o “o melhor de todos os tempos”

que a divulgação dos resultados dos SiSU fossem suspensas até que o MEC e o Inep esclarecessem o que aconteceu na correção das provas. A liminar foi derrubada pelo STJ no dia 28, mas, enquanto vigorou, o MEC suspendeu a divulgação das notas do ProUni, numa espécie de chantagem.

Os problemas na condução do Enem deixaram as universidades em alerta, temendo que o atraso na divulgação do resul-

tado do Sisu comprometesse a ocupação das vagas oferecidas. “Nossa expectativa era que o problema se resolvesse logo, para não precisarmos alterar nosso calendário de matrícula”, contou a pró-reitora de Graduação da UFRJ, professora Gisele Viana Pires. “Um atraso no calendário poderia comprometer as etapas de reclassificação, o que levaria ao risco de termos vagas ociosas nos cursos da Universidade”, ela explicou.

Embora a postura do ministro da Educação seja a de fingir normalidade, o primeiro Enem da sua gestão vai ser assombrado pelo risco de judicialização. Pelo menos 172 mil alunos entraram em contato com o MEC questionando a sua nota, e não receberam nenhuma resposta oficial. Eles ficarão com a mesma dúvida que Camila, para quem o problema não foi resolvido. “Sem ter certeza se eles resolveram o problema da cor-

reção, eu fico me perguntando se a minha nota não está errada, e se esse erro me impediu de ser aprovada”, lamentou a jovem.

## HISTÓRIA DE SUCESSO

Até 2016, o Enem foi aplicado e corrigido por um consórcio liderado pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação, Seleção e Promoção de Eventos (Cebraspe), antigo Cespe, da Universidade de Brasília (UnB). Com a criação do SiSU, em 2010, o exame começou a ser adotado pelas principais universidades públicas do Brasil. A UFRJ adotou a prova em 2011.

Reitor da UNB entre 2008 e 2012, o professor José Geraldo de Sousa acompanhou de perto a ampliação do exame. “O Enem exige enorme responsabilidade, porque trata-se de uma operação gigantesca e muito sensível, talvez só superada em tamanho pelas eleições”, explicou o professor.

Foi o Cespe que passou a adotar a Teoria da Resposta ao Item para a correção do Enem, fazendo com que a nota final seja definida não pelo número total de acertos, mas pela consistência do candidato no domínio de cada assunto. “O TRI permite soluções criativas para lidar com assimetrias do sistema”, explicou o ex-reitor, para quem a expertise do Cespe foi fundamental no sucesso do Enem. “É uma agência com uma enorme qualificação acadêmica, acumulada no contato permanente com a estrutura pedagógica da UnB”.

## UFSC: AFASTAMENTO DE REITOR EXPÕE ATAQUE À AUTONOMIA

Mais um ataque à autonomia universitária, desta vez em Santa Catarina, na UFSC. A Corregedoria-Geral da União puniu o reitor da universidade, o professor Ubaldo Cesar Balthazar, com uma suspensão de 10 dias, convertida em multa. Além dele, a a vice-reitora, Alacoque Lorenzini Erdmann, e Irineu Manoel de Souza, integrante do Conselho Universitário foram punidos com uma advertência. A decisão da CGU foi publicada em portaria do dia 22 de janeiro. “Nós soubemos da punição pela imprensa, e recebemos a notícia com perplexidade”, contou o reitor. “Já estamos buscando a devida reparação, no âmbito judicial. Todo o processo foi transparente e levou em conta

o respeito às normas, a observância da legislação e o cumprimento de decisões soberanas e legítimas de nosso Conselho Universitário”.

Processo Administrativo Disciplinar foi aberto pela CGU depois da nomeação de Ronaldo David Viana Barbosa para o cargo de Corregedor pro-tempore da UFSC, em janeiro de 2019. Em maio, ele foi eleito pelo Conselho Universitário para ocupar o cargo em definitivo. Para a CGU, é prerrogativa sua aprovar previamente os corregedores das universidades. E Barbosa não poderia ocupar o cargo porque era investigado por um PAD.

O PAD aberto pela CGU pedia punição para todos os membros do Conselho que votaram pela

manutenção do Corregedor no cargo. Os conselheiros entraram com um pedido de liminar para suspender o processo.

O reitor é cauteloso em sua análise do caso, mas lembra que “2019 foi um ano de muitas ameaças que impedem nossa ação como gestores públicos, eleitos, responsáveis e comprometidos com a educação pública”.

Para o presidente da ApU-UFSC, Carlos Alberto Marques, a decisão da CGU é um ataque à autonomia universitária. Marques avalia que os ataques à autonomia na UFSC começam na prisão do reitor Luiz Carlos Cancellier em setembro de 2017, durante uma operação da Polícia Federal. Ele foi acusado, sem provas, de obstruir

REPRODUÇÃO



**SURPRESO** o reitor Balthazar soube da punição pela imprensa

uma investigação de fraude na UFSC. A prisão acentuou um processo de depressão que levou Cancellier ao suicídio. Meses depois, o inquérito da PF foi

encerrado por falta de provas.

O arbítrio e seu desfecho trágico geraram como reação uma corrente de apoios na sociedade civil à UFSC e à família do reitor. “O comportamento da CGU soa como uma represália”, explicou Marques. “Uma retaliação pelo apoio que recebemos naquele triste episódio, quando recebemos o apoio de diversos setores da sociedade, como o parlamento, órgãos de imprensa, membros do judiciário e de todas as universidades públicas”.

Convocado para uma reunião extraordinária após a divulgação da decisão da CGU, o Conselho Universitário da UFSC apoiou publicamente o atual reitor e os demais punidos.

